



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

1 Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e trinta minutos, de forma híbrida,
2 reuniu-se o Conselho de Administração — Consad da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a
3 presidência do Reitor, **Rodrigo de Nogueira Codes**, para deliberar sobre a pauta da primeira reunião ordinária de
4 dois mil e vinte e seis. Estiveram presentes os conselheiros **Jocigleuson Alves de Oliveira**, Pró-Reitor da Pró-
5 Reitoria de Administração — Proad; **José Domingues Fontenele Neto**, Pró-Reitor Adjunto da Pró-Reitoria de
6 Planejamento — Proplan; **Rannah Munay Dantas da Silveira**, Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
7 — Progepe; **Álvaro Fabiano Pereira de Macedo**, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae;
8 **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**, Vice-Diretora do Centro Multidisciplinar de Caraúbas —
9 CMC; **Samuel Oliveira de Azevedo**, Diretor do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Glaydson Francisco**
10 **Barros de Oliveira**, Diretor do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Moacir Franco de Oliveira**,
11 Diretor do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Luciana Vieira de Paiva**, Diretora do Centro de Ciências
12 Biológicas e da Saúde — CCBS; **Leonardo Augusto Casillo**, Diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais —
13 CCEN; **José Albenes Bezerra Júnior**, Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH;
14 **Manoel Quirino da Silva Júnior**, Diretor do Centro de Engenharias — CE; **Francisco Edcarlos Alves Leite**,
15 **Rafael Castelo Guedes Martins**, **Sharon Dantas da Cunha** e **Elmer Rolando Llanos Villarreal**, representantes
16 docentes; **Emerson Fábio da Silva Araújo** e **Eurico Marx Sarmento Pedroza**, representantes técnico-
17 administrativos. Conselheira em período de férias: Simone Maria da Rocha. Conselheiros com falta justificada:
18 Mônica Rafaela de Almeida e Laura Dalila Silva Viana. Conselheira com falta não justificada: Pedro Lucas de
19 Azevedo Lopes. Na segunda sessão estiveram presentes os conselheiros **Jocigleuson Alves de Oliveira**, **José**
20 **Domingues Fontenele Neto**, **Rannah Munay Dantas da Silveira**, **Álvaro Fabiano Pereira de Macedo**, **Leonete**
21 **Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**, **Samuel Oliveira de Azevedo**, **Glaydson Francisco Barros de**
22 **Oliveira**, **Moacir Franco de Oliveira**, **Luciana Vieira de Paiva**, **Leonardo Augusto Casillo**, **José Albenes**
23 **Bezerra Júnior**, **Manoel Quirino da Silva Júnior**, **Francisco Edcarlos Alves Leite**, **Rafael Castelo Guedes**
24 **Martins**, **Sharon Dantas da Cunha**, **Elmer Rolando Llanos Villarreal**, **Emerson Fábio da Silva Araújo** e
25 **Eurico Marx Sarmento Pedroza**. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira**
26 **de Codes**, declarou aberta a reunião. Em seguida leu as justificativas de ausência da conselheira Simone Maria
27 da Rocha, que goza de suas férias, não necessitando de votação; da conselheira Mônica Rafaela de Almeida, por
28 motivos de saúde, e pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade; da conselheira discente Laura Dalila
29 Silva Viana, por ter uma atividade acadêmica no mesmo horário, e pôs em votação, a qual foi aprovada por
30 unanimidade. Posteriormente, leu a pauta e a colocou em discussão. O conselheiro **José Domingues Fontenele**
31 **Neto** solicitou a alteração da ordem dos itens, com a antecipação do ponto dez para o ponto três, e a retirada dos
32 pontos cinco, seis e sete, considerando a extensão das matérias a serem apreciadas. O conselheiro **Moacir**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

33 **Franco de Oliveira** manifestou-se por estar em concordância e afirmou ter sido contemplado pelas falas do
34 conselheiro anterior. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs as propostas em votação, as
35 quais foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade, procedeu à reorganização da pauta, com a leitura
36 dos pontos remanescentes e reordenados. Esclareceu que, em relação às minutas, o conselho deliberaria sobre
37 emissão de parecer a ser encaminhado ao Conselho Universitário – Consuni, conforme previsto no regimento
38 institucional. Ainda nesse contexto, propôs uma adequação na redação dos pontos de pauta, com o acréscimo da
39 informação de que as deliberações envolveriam encaminhamento de parecer ao conselho superior. Pôs a
40 sugestão em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, bem como a pauta completa com as devidas
41 alterações, ficando da seguinte forma: **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre atas da 2ª
42 Reunião Extraordinária, 2ª Reunião Ordinária e 4ª Reunião Ordinária de 2025. **Segundo ponto:** Apreciação e
43 deliberação sobre o calendário de reuniões para o ano de 2026. **Terceiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre
44 a proposta orçamentária para o exercício 2026. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre processo de
45 redistribuição do servidor Filemon Fermon Young, conforme processo 23091.017596/2025-92. **Quinto ponto:**
46 Apreciação sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna — Raint, do exercício 2025. **Sexto ponto:**
47 Apreciação e deliberação sobre a minuta de Resolução que trata da alteração do Núcleo de Inovação Tecnológica
48 — NIT em Agência de Inovação da Ufersa — Inova UFERSA. **Sétimo ponto:** Apreciação e deliberação sobre a
49 minuta de Resolução que cria o Parque Científico e Tecnológico do Semiárido — PCTEC Semiárido. **Oitavo**
50 **ponto:** Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
51 realizou a leitura do primeiro ponto de pauta e pôs em deliberação. Acerca da ata da 2ª Reunião Extraordinária de
52 2025, o conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** solicitou a correção de seu nome, indicando que constava
53 “da Silva Filho”. Não havendo outras manifestações, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
54 pôs a ata em votação, que foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Prosseguiu com a
55 apreciação da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2025. Sem discussões, pôs em votação, que foi aprovada com
56 quinze votos favoráveis e três abstenções. Por último, pôs em apreciação a ata da 4ª Reunião Ordinária de 2025,
57 que também não suscitou debates e foi aprovada com quinze votos favoráveis e três abstenções. **SEGUNDO**
58 **PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de pauta e pôs em apreciação.
59 Na oportunidade, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** manifestou-se cumprimentando os presentes e
60 sugeriu a alteração da data prevista para a 4ª Reunião Ordinária, inicialmente marcada para 1º de dezembro,
61 destacando a coincidência com outras reuniões institucionais na mesma semana, como Conselho de Ensino,
62 Pesquisa e Extensão — Consepe, Conselho Universitário — Consuni e Conselhos de Centro, o que resultaria em
63 uma sobrecarga de atividades. Propôs, assim, o remanejamento para a semana anterior ou posterior. Em seguida,
64 complementou propondo uma reflexão mais ampla sobre o calendário, sugerindo o aumento do número de
65 reuniões ordinárias do Consad, tendo em vista o crescimento da universidade e o acúmulo de pautas extensas,
66 defendendo que a ampliação poderia tornar as discussões mais produtivas e menos sobrecarregadas. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

67 conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** manifestou concordância com a proposta, ressaltando que a extensão da
68 pauta da reunião em curso evidenciava a necessidade de mais encontros ao longo do ano. Sugeriu a inclusão de
69 reuniões intermediárias entre as já previstas, indicando os meses de maio e outubro como possibilidades, além de
70 reforçar a pertinência de antecipar a reunião de dezembro para evitar o período de maior carga de trabalho
71 acadêmico. Diante das sugestões, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, apresentou uma
72 proposta de inclusão de duas novas reuniões: uma no dia 8 de maio, pela manhã, e outra no dia 13 de outubro,
73 também no turno matutino. A conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira**, por sua vez, questionou a
74 possibilidade de uma convocação de reunião extraordinária antes do mês de maio, considerando prazos
75 institucionais relacionados a processos de redistribuição de servidores, especialmente diante de limitações
76 impostas por prazos do sistema federal e impactos da greve. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
77 **Codes**, esclareceu que a convocação de reuniões extraordinárias permanece possível conforme a necessidade.
78 Em seguida, pôs a proposta de alteração e ampliação do calendário em votação, que foi aprovada por
79 unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu o ponto de
80 pauta e pôs em discussão. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** solicitou que Edmara Rodrigues de
81 Oliveira, representante da Proplan, e o Pró-reitor adjunto Kerginaldo Nogueira de Medeiros, tivessem direito à fala
82 para a apresentação do tema. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs as participações em
83 votação, que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, a convidada **Edmara Rodrigues de Oliveira**
84 apresentou a proposta orçamentária e explicou o processo de elaboração, iniciado no ano anterior com consulta
85 às unidades institucionais, seguido de consolidação da área responsável e posterior adequação conforme os
86 limites orçamentários definidos pelo Ministério da Educação. Informou que a maior parte do orçamento é destinada
87 a despesas com pessoal, sobre as quais a instituição não possui autonomia direta, e destacou que houve
88 inicialmente um corte no orçamento discricionário, posteriormente recomposto. Apresentou ainda dados
89 comparativos em relação ao exercício anterior, indicando crescimento global do orçamento, com variações entre
90 custeio, pessoal e capital, além de mencionar valores provenientes de emendas parlamentares. Na sequência, a
91 conselheira **Luciana Vieira de Paiva** questionou acerca dos critérios de distribuição interna de recursos,
92 especialmente no que se refere a centros que ofertam disciplinas para outros cursos, apontando possíveis
93 desigualdades na matriz orçamentária. Em resposta, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu
94 que essa discussão extrapola o ponto de pauta, por se tratar de um tema complexo que demanda análise
95 específica e aprofundada, ressaltando que os critérios atuais consideram diversos indicadores institucionais. O
96 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, reforçou que a questão é pertinente, mas deve ser
97 tratada em momento próprio. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior**, por sua vez, solicitou que a Proplan
98 disponibilize um calendário de repasses orçamentários aos centros, destacando dificuldades enfrentadas no
99 planejamento financeiro, especialmente em função dos prazos para execução das despesas. Em resposta, o
100 conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu que não é possível estabelecer um cronograma fixo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

101 devido à dependência dos repasses do governo federal, que ocorrem de forma parcelada e variável, conforme
102 decreto de execução orçamentária. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** reiterou a solicitação de
103 formalização dessas informações em documento oficial, para comunicação interna nos centros. Na sequência, o
104 conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** manifestou-se cumprimentando os presentes e fez uma observação
105 acerca da colocação da conselheira **Luciana Vieira de Paiva**, destacando que a discussão sobre a matriz
106 orçamentária também deveria considerar a participação de estudantes de pós-graduação e docentes vinculados a
107 outros centros, situação que, segundo ele, ocorre de forma semelhante à mencionada no âmbito da graduação.
108 Ressaltou que, embora não fosse tema direto da pauta, trata-se de um ponto correlacionado que merece atenção
109 em discussões futuras. Em seguida, o conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** reforçou a problemática
110 apresentada, exemplificando com a realidade do seu centro, onde custos de transporte para atividades
111 acadêmicas frequentemente recaem sobre uma única unidade, mesmo quando vinculados a cursos de outros
112 centros. Relatou ainda dificuldades operacionais relacionados à distribuição de recursos e à organização estrutural
113 da universidade, mencionando decisões institucionais passadas que contribuíram para a configuração atual.
114 Apesar disso, ponderou que tais questões podem ser ajustadas ao longo do tempo. Aproveitou também para
115 sugerir que, em futuras apresentações orçamentárias, haja maior detalhamento didático sobre as ações e
116 finalidade dos recursos, considerando a rotatividade dos membros do conselho e a necessidade de melhor
117 compreensão geral. Na sequência, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** informou que a Proplan já
118 havia se programado para realizar um seminário voltado à temática orçamentária e de execução financeira,
119 destinado à gestão superior da instituição, com o objetivo de esclarecer conceitos e aprimorar o entendimento
120 sobre o uso dos recursos. Explicou que a iniciativa foi adiada em razão do contexto de greve, mas permanece
121 prevista. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** esclareceu que sua intervenção teve caráter de provocação,
122 visando evidenciar um problema estrutural e questionar se os critérios da matriz orçamentária são definidos
123 internamente ou por normativas externas. Defendeu que, sendo uma definição interna, há possibilidade de revisão
124 e aprimoramento, reiterando a necessidade de uma discussão futura mais aprofundada sobre o tema. O
125 conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** respondeu afirmando que a matriz é uma definição interna da
126 universidade e propôs a realização de uma reunião específica com os diretores de centro para um levantamento
127 das principais questões relacionadas ao tema. Indicou ainda que, caso necessário, poderá ser instituída uma
128 comissão para revisão do normativo vigente. Em seguida, o conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** manifestou
129 apoio à proposta de revisão, sugerindo a criação de um grupo de trabalho para tratar da questão e destacando
130 que a atual organização dos cursos e centros contribui para a complexidade da distribuição orçamentária, sendo
131 um ponto que também demanda reflexão institucional. Não havendo mais discussões, o presidente deste
132 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, que foi aprovado por unanimidade. **QUARTO**
133 **PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto e pôs em
134 apreciação. Na oportunidade, a conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira** apresentou brevemente o caso,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

135 informando tratar-se de uma redistribuição por permuta, sem custos para a instituição, e destacou os benefícios
136 para ambas as partes envolvidas, especialmente no que se refere à aproximação dos servidores de suas
137 localidades de residência. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o processo em votação,
138 que foi aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
139 leu o ponto de pauta e pôs em deliberação. Na sequência, pôs em votação a participação com fala da equipe da
140 Auditoria Interna, composta pelos servidores Rosemary Feitoza Brasil, Karízia Gabriela Leite Cavalcante, Antônio
141 Gilberto Martins da Costa e Maria Teodora Rocha Maia do Amaral, que foi aprovada por unanimidade. Com a
142 palavra, a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** apresentou o relatório, explicando que o documento
143 consolida as atividades realizadas no ano anterior, em consonância com o planejamento previamente aprovado.
144 Destacou que o período foi marcado por elevada produtividade, com a realização de auditorias em diferentes pró-
145 reitorias, emissão de relatórios, notas técnicas e atividades de consultoria. Ressaltou ainda o monitoramento de
146 recomendações acumuladas ao longo dos anos, com um elevado índice de atendimento, além de ações voltadas
147 à promoção de boas práticas, como visitas institucionais, produção de conteúdos informativos e participação em
148 eventos nacionais. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, parabenizou a convidada pela
149 apresentação e pôs em discussão. Na oportunidade, o conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** destacou alguns
150 aspectos formais do relatório apresentado. Inicialmente, apontou questões relacionadas à padronização visual do
151 documento, sugerindo a adequação às cores institucionais da universidade, previstas em manual oficial, com
152 predominância de azul e verde, em substituição ao uso do vermelho observado. Também indicou ajustes na grafia
153 do nome da instituição, na formatação de localidade e em aspectos de redação e organização textual,
154 especialmente no que se refere à apresentação conceitual do relatório em uma das seções iniciais. Na
155 continuidade, levantou questionamentos acerca do conteúdo do relatório, indagando se a atividade de avaliação
156 das contas anuais estava prevista no planejamento da auditoria, considerando que essa atribuição está
157 relacionada ao Conselho de Curadores — CC e, portanto, deveria observar uma ordem procedimental específica.
158 Questionou ainda a razão pela qual o relatório inclui o monitoramento de ações de exercícios anteriores, bem
159 como a inclusão de recomendações já atendidas, buscando compreender a finalidade dessa abordagem dentro do
160 documento apresentado. Por fim, elogiou a iniciativa da Auditoria Interna de realizar visitas aos campi, destacando
161 a importância dessas ações para ampliar a compreensão institucional sobre o papel da auditoria e fortalecer a
162 cultura organizacional. Em resposta, a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**, na condição de
163 representante da Auditoria Interna, agradeceu pelas contribuições e apontamentos realizados. Explicou que as
164 atividades realizadas em dois mil e vinte e cinco decorrem do planejamento feito em dois mil e vinte e quatro como
165 no caso do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna — Paint, e justificou que a seleção de trabalhos em
166 dois mil e vinte e quatro visa sua execução no ano seguinte. Também reconheceu a ocorrência de pequenas
167 inconsistências ortográficas no relatório, atribuindo-as ao fato de elaborar o documento sozinha, sem revisão, em
168 paralelo a outras atividades da auditoria. A conselheira detalhou ainda o processo de monitoramento das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

169 recomendações, destacando a obrigatoriedade legal de acompanhamento por três anos, o que explica a inclusão
170 de dados de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro. Acrescentou que a auditoria emite anualmente um
171 parecer sobre o relatório de gestão, voltado à conformidade e conteúdo, e mencionou a realização, em dois mil e
172 vinte e cinco, de uma auditoria específica sobre prestações de contas de dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e
173 quatro, conduzida por Antônio Gilberto Martins da Costa, a partir de demanda do conselho. Em seguida, o
174 conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** esclareceu que sua dúvida inicial sobre a análise de anos anteriores foi
175 sanada ao entender que se tratava de uma demanda específica, diferenciando-a do parecer anual regimental. O
176 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, comentou sobre a questão das cores institucionais
177 levantada anteriormente, explicando que, embora exista um manual de identidade visual em atualização, o brasão
178 da universidade contempla outras cores e a proposta atual busca refletir uma maior pluralidade institucional.
179 Também fez uma observação sobre o uso do termo “campus avançado” no relatório, sugerindo adequação à
180 nomenclatura prevista no regimento da universidade, ainda que reconhecendo tratar-se de um detalhe de precisão
181 terminológica. Na sequência, o conselheiro **Emerson Fábio da Silva Araújo** questionou o significado da sigla
182 “HH” na tabela apresentada, além de apontar inconsistências em um valor numérico e sugerir maior detalhamento
183 de itens classificados como “outros”. Também observou o uso do termo estrangeiro “accountability”,
184 recomendando sua adequação formal, e indicou a ausência de dados quantitativos em um trecho que mencionava
185 um alto grau de satisfação no programa de gestão da qualidade. Em resposta, a convidada **Maria Teodora Rocha**
186 **Maia do Amaral** esclareceu que “HH” significa “horas-homem”, conforme exigência normativa, reconheceu um
187 erro de digitação apontado e afirmou que as informações qualitativas apresentadas possuem respaldo técnico.
188 Também concordou com a necessidade de ajustar a apresentação do termo estrangeiro. Em seguida, o
189 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** reforçou a observação sobre a inconsistência numérica na tabela, ao
190 que a convidada **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** confirmou tratar-se de um erro a ser corrigido. A
191 conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira** elogiou o trabalho da auditoria e sugeriu a substituição do termo
192 “horas-homem” por uma expressão mais acessível ou incluir legenda explicativa, além de recomendar ajustes no
193 título da tabela para maior clareza quanto à distinção entre número de pessoas e carga horária. A convidada
194 **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** respondeu que tanto a nomenclatura quanto a estrutura seguem
195 normativas da Controladoria-Geral da União — CGU, o que limita alterações nesse sentido. Não havendo outras
196 manifestações, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, agradeceu à equipe da Auditoria Interna
197 e finalizou a apreciação do ponto de pauta. **SEXTO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
198 **Codes**, leu o ponto de pauta e passou a palavra ao conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** que, na condição
199 de relator, realizou a leitura do seu parecer sobre a minuta de resolução em comento e relatou o histórico do
200 processo, destacando o encaminhamento pela Secretaria de Órgãos Colegiados — SOC, os documentos
201 analisados e a composição da comissão responsável pela elaboração. Ressaltou que o parecer jurídico foi
202 favorável à juridicidade formal e material da proposta, com recomendações técnicas, como evitar considerandos,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

203 ajustar pontos de redação e prever representação adequada no conselho gestor. Também mencionou que a
204 proposta se fundamenta no crescimento das atividades do NIT e em experiências de outras universidades, além
205 de registrar que apresentou trinta e uma sugestões de alteração no texto. Ao final, manifestou-se favorável à
206 aprovação da minuta com as emendas propostas. Após a leitura, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
207 **Codes**, pôs o relatório em votação, que foi aprovado com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Em
208 seguida, passou à análise das emendas dos conselheiros. A primeira emenda, apresentada pelo conselheiro
209 **Rafael Castelo Guedes Martins**, propunha ajuste no preâmbulo da resolução. O conselheiro **Moacir Franco de**
210 **Oliveira** questionou sobre a adequação do termo “transformação”, considerando que não haveria resolução
211 anterior formalizando o NIT como unidade independente, o que levaria à necessidade de tratar o ato de criação
212 como uma nova estrutura. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** acatou as ponderações feitas pelos
213 conselheiros e sugeriu a reformulação do texto para “cria a agência de inovação”. O conselheiro **Manoel Quirino**
214 **da Silva Júnior** manifestou-se contrário à alteração da emenda, argumentando sobre o respeito aos prazos
215 regimentais. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, a qual foi
216 aprovada com dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Na sequência, passou à análise de outra emenda
217 do conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**, referente ao artigo 4º, que propunha a inclusão de um vice-
218 diretor e de uma secretaria administrativa na estrutura da agência. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo**
219 manifestou preocupação quanto ao impacto dessa proposta na disponibilidade de servidores técnicos,
220 questionando se haveria condições de atender à criação de novas estruturas administrativas. Em resposta, o
221 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** explicou que há expectativa de recebimento de novos códigos de
222 vagas, ainda em processo de regulamentação pelo governo federal, e que existe planejamento institucional para
223 realização de concurso público. Destacou também que, embora haja déficit de pessoal, a criação das estruturas
224 normativas é importante para garantir o funcionamento adequado das unidades no futuro, sendo possível
225 posteriormente ajustar a distribuição de servidores conforme disponibilidade. Na sequência, o conselheiro **Eurico**
226 **Marx Sarmiento Pedroza** complementou a fala do conselheiro **Leonardo Augusto Casillo**, dado que ele havia
227 mencionado somente as secretarias, e explicou que cada uma das unidades que estavam sendo criadas teriam
228 uma secretaria e três coordenações, que poderiam demandar técnicos nas respectivas equipes. Além disso, os
229 técnicos também poderiam exercer as funções de coordenadores e diretores, dessa forma, o impacto seria muito
230 maior que o que estava sendo discutido. Por fim, abordou a necessidade de gratificações para diretores e
231 coordenadores. Na continuidade, o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, retomou a palavra
232 reforçando o entendimento já apresentado pela conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira** de que a criação
233 das unidades deve considerar um modelo ideal de funcionamento, mesmo diante das limitações atuais de pessoal.
234 Destacou que a proposta prevê gratificações para as unidades e esclareceu que a estrutura atual do NIT, incluindo
235 seus servidores, será aproveitada e migrada para a nova Agência de Inovação, permitindo um funcionamento
236 inicial enquanto se busca a ampliação da equipe. Em seguida, o conselheiro **Emerson Fábio da Silva Araújo** fez



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

237 uma observação pontual de correção de grafia no texto do artigo 4º e manifestou concordância com a
238 possibilidade de inclusão de técnicos administrativos em funções de coordenação e direção. O conselheiro
239 **Sharon Dantas da Cunha** solicitou uma confirmação sobre a previsão de funções de direção, ao que o presidente
240 do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, respondeu que essas já estavam contempladas tanto para a agência
241 quanto para o parque tecnológico. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** destacou que a previsão de
242 secretaria administrativa já constava no artigo 3º, independentemente da aprovação da emenda em discussão. Na
243 sequência, o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** reforçou a importância estratégica das minutas em
244 debate, destacando que elas visam estruturar a universidade na área de inovação e tecnologia. Argumentou que,
245 embora haja limitações de pessoal, a criação de uma estrutura adequada é essencial para dar visibilidade e
246 fortalecimento institucional ao setor, citando que o modelo proposto segue exemplos de outras universidades.
247 Defendeu que a aprovação deve considerar o desenho ideal da estrutura, mesmo que sua implementação ocorra
248 de forma gradual, respeitando as prioridades institucionais e a disponibilidade de servidores. O conselheiro **Moacir**
249 **Franco de Oliveira** complementou essa posição, afirmando que, caso a criação das unidades estivesse
250 condicionada à disponibilidade imediata de todos os recursos humanos, muitas estruturas não poderiam sequer
251 ser instituídas. Ressaltou que a criação normativa é um passo necessário para posterior consolidação prática. Não
252 havendo mais discussões, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em
253 votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Prosseguiu com a discussão do
254 artigo sexto e apresentou a proposta de emenda do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins sobre a
255 composição do Conselho Gestor de Inovação e Empreendedorismo. Com a palavra, o conselheiro **Rafael Castelo**
256 **Guedes Martins** explicou que sua proposta buscava tornar o conselho mais enxuto e dinâmico, inspirado em
257 modelos de outras instituições e em experiências como a do Parque Tecnológico de Campina Grande.
258 Argumentou que, por se tratar de um órgão suplementar ligado diretamente à gestão e não de natureza
259 acadêmica, seria necessário garantir maior agilidade para atender demandas frequentemente urgentes, como
260 editais e parcerias. Defendeu, assim, a flexibilização da representatividade, sugerindo a presença de
261 representantes dos centros e das pró-reitorias sem necessariamente sobrecarregar diretores ou pró-reitores,
262 propondo inclusive a inclusão de representantes da pós-graduação e da extensão. Em seguida, o conselheiro
263 **Manoel Quirino da Silva Júnior** manifestou-se em defesa ao texto original, destacando que havia sido
264 demandado por representantes de seu centro a manter um representante por centro no conselho, considerando
265 importante essa forma de representatividade tanto para o conselho quanto para o comitê previsto em minuta
266 posterior. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** ressaltou que sua proposta também incluía
267 representantes de pró-reitorias que não constavam no texto original, defendendo que isso deveria ser considerado
268 na forma de votação para evitar exclusões indevidas. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** esclareceu
269 que sua defesa se restringia à manutenção da representação por centro, não sendo contrária à inclusão das pró-
270 reitorias. Na continuidade, o conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** questionou se as atribuições da agência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

271 justificariam a presença de representantes de todos os centros, avaliando que a temática estaria mais relacionada
272 à pós-graduação e pesquisa, o que poderia tornar a estrutura excessivamente engessada. Em apoio à proposta
273 do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** reforçou que a
274 representação dos centros não implicaria necessariamente a presença dos diretores, mas garantiria o fluxo de
275 contribuições da comunidade acadêmica. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** destacou a complexidade
276 da emenda, por envolver simultaneamente a inclusão e exclusão de representações, e observou que uma
277 alternativa intermediária poderia ter sido considerada, mantendo centros e incluindo pró-reitorias, embora tenha
278 optado por apoiar o texto original diante da ausência dessa terceira proposta formal. O conselheiro **Leonardo**
279 **Augusto Casillo** solicitou esclarecimentos sobre o critério de escolha de representantes com notório saber, ao
280 que o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** respondeu que a indicação seria feita pela gestão, sem
281 necessidade de edital, ressaltando o alinhamento com as demandas institucionais. Diante das divergências,
282 sugeriu a possibilidade de desmembrar sua emenda para facilitar a deliberação, separando a discussão sobre
283 representatividade dos centros da inclusão de outros membros. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto**
284 voltou a defender a proposta enxuta e enfatizou as dificuldades práticas de quórum e organização em estruturas
285 muito amplas, reiterando apoio à proposta. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** ponderou que os centros
286 possuem realidades distintas e capacidades diferentes de contribuição e propôs como encaminhamento a
287 realização de votações separadas: primeiro sobre a forma de representação dos centros e, posteriormente, sobre
288 a inclusão das pró-reitorias. O conselheiro **Sharon Dantas da Cunha** considerou pertinente a preocupação com
289 as representações, mas posicionou-se contra a redução para apenas um representante da sede e um dos *campi*
290 fora da sede, destacando as especificidades de cada centro. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**
291 reforçou que o órgão em discussão não seria uma unidade acadêmica, mas um órgão suplementar de gestão, e
292 que sua proposta seguia modelos consolidados em outras universidades, defendendo a confiança na capacidade
293 de representantes atuarem em nome da coletividade. Por fim, o conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo**
294 manifestou apoio à proposta, destacando que estruturas muito grandes tendem a comprometer a agilidade
295 decisória, relatando experiências de morosidade em conselhos numerosos e defendendo que uma composição
296 mais enxuta favoreceria a celeridade necessária às ações de inovação, beneficiando a instituição como um todo.
297 O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** solicitou o encaminhamento da votação, reiterando que sua
298 posição refletia uma demanda de sua unidade pela manutenção de um representante por centro. Acrescentou que
299 já existe, na prática, uma estrutura semelhante no âmbito do NIT, formalizada pela Portaria 635/2025, com
300 representantes de cada centro, informação que, segundo ele, decorre inclusive de demandas levantadas
301 anteriormente junto à coordenação do núcleo. Na sequência, o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**
302 esclareceu que, embora exista atualmente representação dos centros no NIT, não há um conselho gestor
303 formalizado nos moldes da estrutura que estava sendo proposta, destacando que a deliberação em curso tratava
304 justamente da criação desse novo arranjo institucional com atribuições de gestão e reuniões periódicas. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

305 conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo** concordou com a importância da representatividade dos centros e
306 *campi*, defendendo que a presença desses segmentos no conselho gestor contribuiria para uma política de
307 inovação mais inclusiva. Ressaltou que, desde a criação do parque tecnológico, havia o entendimento de que
308 todos os centros deveriam ter espaço e participação nas iniciativas de inovação da instituição. O presidente do
309 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, esclareceu que, naquele momento, a discussão se referia somente ao
310 NIT, sendo o parque tecnológico tratado em etapa posterior, ainda que ambos viessem a possuir conselhos
311 gestores distintos. Não havendo outras manifestações, pôs a emenda em votação, que recebeu oito votos
312 favoráveis, nove votos contrários e uma abstenção, resultando na rejeição da proposta. Após o resultado, o
313 conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** justificou seu voto, indicando que inicialmente tenderia a apoiar a emenda,
314 mas reconsiderou sua posição diante da informação de que já existia estrutura com representação por centro no
315 NIT, optando por preservar a coerência com o modelo vigente. O conselheiro **Glaydson Francisco Barros de**
316 **Oliveira** também se manifestou para justificar seu voto favorável à emenda, destacando as dificuldades
317 recorrentes de indicação de representantes para comissões e o risco de sobrecarga dos diretores de centro. Ainda
318 assim, reconheceu a legitimidade das demais posições e afirmou que ambas as alternativas seriam defensáveis,
319 reiterando que seu voto buscou privilegiar a viabilidade operacional da estrutura proposta. Na sequência, o
320 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, prosseguiu com a apreciação do parágrafo segundo. O
321 conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** apresentou proposta estabelecendo que o Conselho Gestor seria
322 composto por conselheiros titulares e suplentes, os quais substituiriam os titulares em suas ausências e
323 impedimentos. Em seguida, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** explicou sua proposta alternativa, que
324 consistia em um ajuste no texto e na inclusão de um procedimento mais claro para a indicação dos membros,
325 sugerindo que os nomes indicados pelas unidades fossem referendados pelos respectivos conselhos de centro,
326 com o objetivo de uniformizar e legitimar o processo de escolha, evitando práticas divergentes entre unidades. O
327 conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** esclareceu que havia desmembrado o dispositivo em mais
328 parágrafos para tornar o texto mais detalhado, mantendo a lógica de que a indicação partiria dos diretores de
329 centro a partir de solicitação da direção da Inova. Ressaltou ainda que, com a rejeição da emenda anterior,
330 deixaram de ser contempladas representações das pró-reitorias e do parque tecnológico. Na continuidade, o
331 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** sugeriu ajuste redacional para separar em parágrafos distintos as
332 disposições sobre indicação e duração de mandato, a fim de evitar ambiguidades, sugestão que foi acatada. O
333 conselheiro **Emerson Fábio da Silva Araújo** propôs a unificação das propostas, destacando a ausência, no texto
334 apresentado, da previsão de referendo pelos conselhos de centro. Em resposta, o conselheiro **Rafael Castelo**
335 **Guedes Martins** ponderou que esse procedimento já estaria implícito nas atribuições dos diretores e que sua
336 explicitação poderia gerar excesso de normatização. Encerrada a discussão, o presidente do Conselho, **Rodrigo**
337 **Nogueira de Codes**, encaminhou a votação, que foi aprovada com quatro votos contrários e uma abstenção. Na
338 sequência, passou à análise do artigo onze, referente às coordenações. O texto original previa que as funções



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

339 seriam exercidas por técnicos administrativos, enquanto o conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins propôs
340 ampliar para servidores técnicos ou docentes. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** informou que sua
341 sugestão inicial já estava contemplada na proposta do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins e, por isso,
342 retirou sua emenda. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em votação, que foi
343 aprovada com dezessete votos favoráveis e um voto contrário. Em seguida, pôs em votação a minuta como um
344 todo, que foi aprovada por unanimidade. Destacou a importância da aprovação como um avanço institucional na
345 área de inovação e empreendedorismo, mencionando que a criação da agência de inovação fazia parte de um
346 conjunto de ações estratégicas da gestão, ao lado das políticas de permanência e inclusão já aprovadas. Por fim,
347 propôs a continuidade da reunião às 14 horas do mesmo dia, para apreciação da minuta de criação do parque
348 tecnológico, e pôs em votação, que foi aprovada com dezessete votos favoráveis e um voto contrário. **SEGUNDA**
349 **SESSÃO**. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, desejou boas-vindas aos conselheiros
350 novamente e fez a chamada dos presentes. **SÉTIMO PONTO**. Realizou a leitura do ponto e pôs em apreciação.
351 Em seguida, o conselheiro **Leonardo Augusto Casillo**, na condição de relator, explicou que não faria a leitura
352 integral do relatório, destacando que, ao receber o documento, identificou inicialmente tratar-se de uma versão
353 aparentemente incompleta. Relatou que, após diálogo com o professor Fabrício José Nóbrega Cavalcante, diretor
354 do NIT, constatou a existência de duas versões do documento. Informou ainda que, orientado pela Secretaria dos
355 Órgãos Colegiados – SOC, trabalhou com a versão que já tinha em mãos, na qual identificou inconsistências
356 posteriormente compartilhadas com o professor Fabrício Cavalcante. O relator também agradeceu à procuradoria
357 pelo parecer recebido, que considerou bem elaborado, utilizando-o como base para suas observações, e
358 reconheceu que a versão mais atual já contemplava correções apontadas. Continuou sua fala esclarecendo que
359 optou por manter o documento em aberto, destacando inconsistências e deixando que as emendas fossem
360 incorporadas com base na versão atualizada. Acrescentou que dividiu sua análise em duas partes, priorizando
361 inicialmente ajustes textuais antes de discutir emendas de conteúdo, defendendo a necessidade de uma revisão
362 prévia por apoio técnico para evitar debates sobre erros formais. Ao final, manifestou voto pela aprovação com
363 alterações. Antes da deliberação, o conselheiro **Moacir Franco de Oliveira** fez uma breve intervenção acerca da
364 padronização da sigla do parque, questionando a divergência entre “PCTEC” e “PQTEC”, solicitando correção na
365 pauta. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o relatório em votação, que foi aprovado por
366 unanimidade. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** defendeu sua proposta, explicando que a adoção da
367 sigla “PqTec Semiárido” segue um padrão observado em outras instituições e contribui para a identidade regional
368 e captação de recursos. Destacou a construção da sigla com base na estrutura das palavras e sua adequação
369 linguística. Durante a discussão, foram comparadas diferenças entre as emendas propostas pelos conselheiros
370 Eurico Marx Sarmento Pedroza, Rafael Castelo Guedes Martins e a proposta do relator. O presidente do
371 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, organizou a votação em três alternativas, sendo proposta A do
372 conselheiro Eurico Marx Sarmento Pedroza, proposta B do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins e proposta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

373 C como manutenção do texto do relator. Ainda na discussão, o conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior**
374 observou que a proposta do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins era a única que incluía explicitamente a
375 referência ao “Semiárido” após a sigla. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** manifestou apoio a
376 essa formulação, argumentando que a inclusão fortalece a identidade e o diferencial do parque, associando-o à
377 região, assim como ocorre com a própria universidade. O conselheiro **Eurico Marx Sarmiento Pedroza** defendeu
378 sua proposta, argumentando que o termo “Semiárido” estava presente no nome por extenso e não impediria de
379 chamá-lo de “PCTEC Semiárido”. Afirmou querer entender o motivo da retirada do “Científico”, visto que toda
380 tecnologia que a universidade produz é advinda da ciência. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
381 **Codes**, encaminhou a votação, que registrou quinze votos favoráveis à proposta B e um voto à proposta A, sendo
382 aprovada a emenda do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins. Na sequência, o conselheiro **Rafael Castelo**
383 **Guedes Martins** esclareceu ao conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza que a retirada do termo “Científico” da
384 denominação não descaracterizaria o parque, uma vez que, conforme a própria normativa mencionada, os
385 parques tecnológicos integram as chamadas Instituições Científicas e Tecnológicas — ICTs, e essa natureza
386 permanece refletida ao longo do texto da minuta. Ressaltou ainda que a escolha da nomenclatura buscou
387 fortalecer a identidade regional e ampliar o potencial de atração de parcerias e investimentos. O presidente do
388 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, prosseguiu com a análise da emenda seguinte, referente à criação de
389 um artigo inicial, com propostas do relator, do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins e do conselheiro José
390 Albenes Bezerra Júnior, em que este último sugeriu a supressão do artigo. Na sequência, o conselheiro **Moacir**
391 **Franco de Oliveira** apontou uma inconsistência na redação, especialmente quanto ao uso da expressão “órgão
392 suplementar” no nome, argumentando que tal termo deveria indicar a vinculação institucional e não compor a
393 denominação. Também observou que ajustes redacionais seriam necessários em todo o documento em razão da
394 alteração do nome aprovado. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** explicou que sua proposta de
395 supressão se baseava no fato de que o conteúdo do artigo inicial já estaria contemplado no preâmbulo, além de
396 alertar que a enumeração detalhada de atribuições poderia engessar futuras alterações normativas. Apesar disso,
397 reconheceu que a inclusão de um artigo inaugural é prática recorrente na instituição. Diante das considerações,
398 optou pela retirada de sua proposta de supressão, acatando o entendimento predominante. Assim, a proposta do
399 conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins foi mantida, já incorporando a atualização do nome do parque. Na
400 análise do artigo seguinte, que passou a ser o primeiro, foram apresentadas propostas de emenda do conselheiro
401 José Albenes Bezerra Júnior, que propôs reorganizar o texto, desmembrando parte do conteúdo em um parágrafo
402 único e evitar sobrecarga de informações; e da conselheira Luciana Vieira de Paiva, que sugeriu uma adequação
403 textual relacionada à definição de siglas. Durante a discussão, foi apontado que a proposta da conselheira Luciana
404 Vieira de Paiva apresentava inconsistência na definição da sigla ICT, o que inviabilizaria sua aprovação naquele
405 formato. Assim, a deliberação concentrou-se apenas na proposta feita pelo conselheiro José Albenes Bezerra
406 Júnior. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em votação, que foi aprovada por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

407 unanimidade. Na continuidade, ao tratar do artigo segundo, apresentou a proposta do conselheiro José Albenes
408 Bezerra Júnior, que consistia em um ajuste textual no *caput*, especificamente a retirada de uma vírgula após o
409 termo “Semiárido”, com o objetivo de evitar a separação indevida entre sujeito e verbo. Na oportunidade, o
410 conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** esclareceu que se tratava apenas de um aperfeiçoamento redacional,
411 sem impacto no conteúdo ou na essência do texto. Na sequência, o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**
412 apresentou uma proposta mais abrangente de reestruturação do capítulo e explicou que identificou uma mistura
413 de conteúdos no texto original, especialmente no que se refere à missão, diretrizes e objetivos do parque. Como
414 solução, propôs reorganizar o capítulo em seções distintas: uma para a missão, outra para as diretrizes e uma
415 terceira para os objetivos, destacando que essa separação permitiria maior clareza e detalhamento, além de evitar
416 omissões relevantes. Ressaltou ainda que sua proposta manteve a essência do conteúdo, tendo sido construída
417 com base em referências de outros parques tecnológicos. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
418 **Codes**, observou que, além dessa proposta estrutural, havia também contribuições pontuais, como a do
419 conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza, que sugeriu simplificar a redação de um inciso ao evitar repetição
420 desnecessária da expressão por extenso de ICT, já definida anteriormente. Diante disso, destacou que a proposta
421 de Rafael Castelo Guedes Martins, por abranger integralmente o capítulo, acabaria incorporando e superando as
422 demais emendas pontuais. Pôs a proposta em votação, que foi aprovada por unanimidade. Dada a aprovação, o
423 conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** acrescentou que os objetivos foram ampliados com base em
424 experiências de outros regimentos, visando fortalecer a contribuição do parque para a universidade. Em seguida,
425 o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, passou à análise do título referente à estrutura
426 organizacional, especificamente o artigo quinto, que trata do comitê de desenvolvimento sustentável do parque
427 como órgão superior de deliberação. Foram apresentadas propostas de emenda pelos conselheiros José
428 Domingues Fontenele Neto, Luciana Vieira de Paiva e Rafael Castelo Guedes Martins, sendo informado que as
429 propostas de Domingues e Luciana eram semelhantes. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** optou
430 por retirar sua emenda, reconhecendo que a proposta do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins estava mais
431 adequada. Durante a discussão, o conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** questionou sobre a
432 possibilidade de o Consuni propor alterações na minuta após sua aprovação naquele conselho. Em resposta, o
433 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, manifestou entendimento de que o Consuni teria papel
434 de homologação, podendo aprovar ou rejeitar a proposta, mas não necessariamente alterar seu conteúdo,
435 podendo, em caso de discordância, devolvê-la para nova apreciação. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo**
436 ponderou que, por se tratar do órgão máximo, o Consuni poderia identificar vícios e eventualmente solicitar
437 ajustes, sugerindo cautela na construção do texto. O debate evoluiu com divergências de interpretação sobre o
438 papel dos Conselhos, com o conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** defendendo que não faria sentido
439 rediscutir integralmente a minuta no Consuni após amplo debate já realizado, enfatizando a necessidade de
440 coerência institucional. Por fim, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** retomou a palavra para esclarecer



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

441 que, enquanto relator, trabalhou sobre o texto recebido, destacando que várias das questões agora debatidas não
442 constavam previamente no material analisado. Ressaltou ainda que o processo contou com diversas propostas de
443 emenda e contribuições dos centros, reforçando a importância do debate coletivo para o aprimoramento do
444 documento. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** reiterou posicionamento já apresentado
445 anteriormente, destacando que sua defesa pela composição do comitê incluía a presença de um representante
446 por centro, conforme demanda de sua unidade. Na mesma intervenção, retirou dúvida sobre a substituição da
447 figura do diretor do NIT pela do diretor da agência na proposta apresentada pelo conselheiro Rafael Castelo
448 Guedes Martins, considerando que a agência havia sido criada recentemente e esclareceu ter entendido que a
449 alteração refletia justamente essa atualização institucional, com a substituição do NIT pela nova agência. Na
450 sequência, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** manifestou-se para esclarecer que, em discussões anteriores,
451 não houve intenção de excluir as pró-reitorias da composição, mas sim de garantir a manutenção da
452 representação dos centros. Relatou que havia sugerido votação em separado para ambas as questões, o que não
453 foi acatado à época, e ressaltou que a importância das pró-reitorias sempre foi reconhecida. Também apontou a
454 existência de percepções divergentes entre diretores e gestão quanto à condução dos debates. O conselheiro
455 **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** respondeu que sua fala anterior não havia sido direcionada a nomes
456 específicos, mas ao coletivo do conselho, reforçando a necessidade de seguir a pauta, uma vez que pontos já
457 deliberados não seriam reabertos. Encaminhando a votação do artigo quinto, o presidente do Conselho, **Rodrigo**
458 **Nogueira de Codes**, organizou as propostas em três opções, sendo a proposta A do texto original, a proposta B
459 da conselheira Luciana Vieira de Paiva e a proposta C do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins, pôs em
460 votação, que registrou onze votos favoráveis à proposta C, sendo esta a aprovada. Na análise do parágrafo
461 terceiro do artigo quinto, o relator havia proposto sua supressão. No entanto, diante das discussões e da retirada
462 de emendas relacionadas à composição anterior, os conselheiros reconheceram a pertinência de manter o texto
463 original, que trata da indicação e nomeação dos membros do comitê, com mandatos de dois anos e possibilidade
464 de recondução. Assim, a proposta de supressão foi abandonada, permanecendo o texto original. Em seguida,
465 passou à análise do artigo sexto, inciso quinto, cuja proposta original tratava da aprovação dos regimentos
466 internos das unidades vinculadas ao parque. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** propôs ampliar a
467 redação para incluir também o próprio parque tecnológico entre os entes cujos regimentos seriam aprovados. O
468 presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em votação, que foi aprovada com dezesseis votos
469 favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. Na sequência, pôs em apreciação o artigo oitavo, com proposta de
470 emenda do conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins para criação de um inciso prevendo a existência de uma
471 secretaria na estrutura do parque, bem como proposta da conselheira Luciana Vieira de Paiva que incluía
472 assessoria jurídica e vice-diretor executivo. Durante a discussão, a conselheira **Rannah Munay Dantas da**
473 **Silveira** esclareceu que a instituição não poderia prever assessoria jurídica própria, uma vez que essa função é de
474 atribuição da Procuradoria Federal. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** destacou que a figura do vice-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

475 diretor já estava contemplada em dispositivo anterior, tornando desnecessária a alteração proposta. Diante disso,
476 o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, que foi aprovada por
477 unanimidade. Em seguida, passou à análise do artigo nono, com propostas de emenda dos conselheiros José
478 Albenes Bezerra Júnior e Luciana Vieira de Paiva. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
479 observou que ambas seguiam a mesma linha, consistindo no desmembramento do texto original, que reunia
480 múltiplas informações em um único *caput*. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** esclareceu que sua
481 proposta visava separar essas informações em incisos e parágrafos para organização e clareza. A conselheira
482 **Luciana Vieira de Paiva** concordou com a abordagem e retirou sua emenda, sugerindo apenas a substituição da
483 expressão “assessoria jurídica” por “assessoria técnica”, em consonância com entendimento já firmado
484 anteriormente. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** também retirou formalmente sua proposta em favor
485 do ajuste consensual. A emenda consolidada, com a substituição indicada, foi colocada em votação pelo
486 presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, e aprovada por unanimidade. Posteriormente, passou à
487 apreciação do artigo dez, em que o conselheiro José Albenes Bezerra Júnior propôs ajuste textual no *caput*,
488 substituindo a expressão “deverá permanecer” por “exercerá mandato”, evitando rigidez excessiva na redação
489 diante de eventuais situações que possam levar à saída antecipada do ocupante do cargo. A conselheira **Luciana**
490 **Vieira de Paiva** manifestou concordância e retirou sua proposta inicial, enquanto o conselheiro **Rafael Castelo**
491 **Guedes Martins** também retirou sua emenda por convergir com a sugestão proposta. O presidente do Conselho,
492 **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, pôs
493 em discussão a proposta da conselheira Luciana Vieira de Paiva, para criação de um parágrafo único no artigo
494 dez, estabelecendo que a nomeação do diretor deveria recair sobre pessoa com experiência comprovada em
495 áreas como ciência, tecnologia, inovação ou gestão de ambientes de inovação. Durante o debate, foram
496 levantadas preocupações quanto ao excesso de detalhamento e à exigência de explicitação dos critérios técnicos
497 no ato de nomeação. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** sugeriu suprimir essa parte final,
498 mantendo apenas a exigência de qualificação técnica. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** concordou com o
499 ajuste, e o presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, que foi aprovada
500 por unanimidade. Passou ao artigo onze, que trata da nomeação do vice-diretor executivo, com emendas
501 apresentadas pelos conselheiros Eurico Marx Sarmiento Pedroza e Luciana Vieira de Paiva. A proposta do
502 conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza incluía a fixação de mandato de quatro anos, enquanto a da
503 conselheira Luciana Vieira de Paiva alterava a redação para explicitar a nomeação por ato do reitor, mediante
504 indicação do diretor. Durante a discussão, foi destacado que a prerrogativa de nomeação caberia ao reitor, e que
505 não havia previsão normativa para delegar formalmente essa indicação como atribuição do diretor. A conselheira
506 **Luciana Vieira de Paiva** optou por retirar sua proposta. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
507 **Codes**, colocou em votação a emenda do conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza, que foi rejeitada,
508 permanecendo o texto original do artigo. Na continuidade, pôs em análise propostas de criação de um parágrafo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

509 único no artigo onze, em que o conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza propunha prazo de até uma semana
510 para a indicação e nomeação do vice-diretor após a nomeação do diretor; e a conselheira Luciana Vieira de Paiva
511 propunha que fossem aplicados ao vice-diretor os mesmos requisitos técnicos exigidos para o diretor. O
512 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, organizou as propostas a serem votadas
513 separadamente: a emenda do conselheiro Eurico Marx Sarmiento Pedroza foi aprovada, com quinze votos
514 favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção, enquanto a emenda da conselheira Luciana Vieira de Paiva foi
515 aprovada por unanimidade. Na sequência, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** apresentou proposta de criação
516 de artigos com o objetivo de organizar e explicitar a composição e as atribuições das assessorias, mencionando
517 que sua intenção inicial era apenas dar maior clareza à estrutura já prevista anteriormente. Contudo, reconheceu
518 incertezas quanto à permanência dessa necessidade diante das deliberações já aprovadas. Ao detalhar a
519 proposta, destacou a inclusão de assessorias técnica e jurídica, bem como a definição de atribuições e formas de
520 designação. Em seguida, a conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira** questionou o uso do termo
521 “colaborador” na assessoria técnica, indagando se se trataria de alguém externo à universidade. A conselheira
522 **Luciana Vieira de Paiva** confirmou que pensava em um colaborador sem vínculo direto, possivelmente de outra
523 instituição, que pudesse contribuir com conhecimento técnico. A conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira**
524 ponderou que o termo poderia gerar ambiguidades, especialmente quanto à forma de contratação e remuneração,
525 defendendo que “servidor” seria mais adequado por evitar interpretações amplas. Diante das colocações, a
526 conselheira **Luciana Vieira de Paiva** reconheceu a limitação de sua proposta e afirmou que não havia
527 considerado implicações administrativas mais amplas e optou por retirar integralmente as proposições
528 relacionadas à assessoria. Na continuidade, discutiu-se a proposta de criação da secretaria administrativa,
529 especialmente quanto à previsão de designação por ato do reitor. Foi observado que essa prática não é usual
530 para funções de apoio administrativo, podendo gerar inconsistências com os procedimentos institucionais
531 vigentes. Diante disso, a retirada da proposta também foi recomendada, o que foi acatado pela conselheira
532 **Luciana Vieira de Paiva**. Na sequência, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em
533 análise o artigo doze, sendo representado pelo conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**, e pôs em discussão.
534 Na oportunidade, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** retirou sua sugestão, declarando-se contemplado
535 pelas demais. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** apresentou proposta de ajuste na redação,
536 buscando explicitar que o apoio às coordenações seria realizado por servidor técnico-administrativo, mantendo a
537 possibilidade de o coordenador ser docente ou técnico. Esclareceu que sua intenção era apenas explicitar o tipo
538 de servidor, sem alterar a estrutura original. Ainda assim, a conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira**
539 sugeriu flexibilizar a redação, evitando imposições rígidas e permitindo maior adaptabilidade conforme a
540 disponibilidade de pessoal. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva**, por sua vez, reconheceu que sua própria
541 proposta apresentava problemas de interpretação, especialmente quanto à distribuição de coordenadores e
542 servidores entre as diferentes coordenações. Diante dos esclarecimentos, manifestou abertura para retirar ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

543 ajustar sua proposta. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** defendeu que o documento não deveria
544 detalhar excessivamente a composição das equipes, argumentando que isso poderia limitar o crescimento futuro
545 da estrutura. Após ampla discussão, construiu-se uma proposta de consenso, incorporando ajustes na redação
546 para indicar que cada coordenação seria composta por pelo menos um coordenador e um servidor técnico-
547 administrativo, além de restringir a designação por ato do reitor apenas aos coordenadores. O conselheiro **Manoel**
548 **Quirino da Silva Júnior** solicitou que constasse em ata que tais alterações estavam sendo feitas por questão de
549 ordem, com o objetivo de tornar o texto mais claro e evitar interpretações equivocadas no futuro, justificativa que
550 foi acatada pelo restante dos conselheiros. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** concordou com a redação
551 ajustada e também decidiu retirar o parágrafo único anteriormente proposto, por considerá-lo inadequado diante
552 das modificações realizadas. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta final em
553 votação, que foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. Na sequência, pôs em discussão a
554 criação de um parágrafo único, com propostas dos conselheiros José Albenes Bezerra Júnior e Rafael Castelo
555 Guedes Martins. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** manifestou-se inicialmente propondo, por
556 questão de ordem, a supressão do parágrafo único, argumentando que seu conteúdo já havia sido previamente
557 deliberado em outros momentos da reunião, além de conter elementos que também já haviam sido rejeitados,
558 defendendo sua retirada por adequação textual. Em seguida, o conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
559 concordou com a retirada, mas ponderou que a redação proposta anteriormente pela conselheira Luciana Vieira
560 de Paiva apresentava maior fluidez e objetividade em comparação ao texto original, considerando-a mais
561 adequada caso fosse mantida alguma versão do parágrafo. No entanto, o conselheiro **Moacir Franco de Oliveira**
562 destacou uma inconsistência, lembrando que, em momento anterior, havia sido decidido não explicitar critérios
563 técnicos de escolha para cargos, o que tornaria incoerente manter tal exigência no parágrafo único. O conselheiro
564 **Rafael Castelo Guedes Martins** retomou a palavra e afirmou que sua proposta inicial visava apenas melhorar a
565 redação do texto existente, mas que, diante das decisões anteriores, concordava com a retirada completa ou,
566 alternativamente, com a exclusão apenas do trecho que determinava a explicitação dos critérios técnicos. O
567 presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, encaminhou a votação da proposta de supressão integral
568 do parágrafo único, que foi aprovada com quinze votos favoráveis e três abstenções. Na sequência, passou à
569 análise do artigo treze e pôs em apreciação. A conselheira **Luciana Vieira de Paiva** propôs a retirada da menção
570 ao vice-diretor, justificando que suas atribuições coincidem com as do diretor em caso de substituição. Durante a
571 discussão, também se observou que a referência ao regimento geral não era adequada, pois tais atribuições não
572 estavam previstas nesse documento. Assim, por questão de ordem, decidiram-se pela retirada tanto a menção ao
573 vice-diretor quanto ao regimento. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em
574 votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Prosseguiu com a proposta de alteração do inciso sétimo,
575 apresentada pelo conselheiro Rafael Castelo Guedes Martins, que consistia em um ajuste textual para incluir a
576 menção aos regimentos internos das unidades vinculadas ao parque. Não havendo discussão, pôs a proposta em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

577 votação, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a conselheira **Luciana Vieira de Paiva** apresentou
578 proposta de criação de novo artigo, mas a retirou ao reconhecer que o conteúdo seria redundante, uma vez que
579 as atribuições do vice-diretor já estavam implicitamente contempladas. O presidente do Conselho, **Rodrigo**
580 **Nogueira de Codes**, passou ao artigo catorze e pôs em apreciação. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**
581 propôs um ajuste textual a fim de melhorar a redação quanto à finalidade das coordenações, enquanto a
582 conselheira **Luciana Vieira de Paiva** retirou sua proposta por considerar a de Albenes mais adequada. O
583 presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, que foi aprovada por
584 unanimidade. Prosseguiu ao artigo quinze, em que o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** propôs a
585 reformulação completa, argumentando que o texto original era insuficiente para contemplar adequadamente as
586 atribuições da coordenação de planejamento e administração. Explicou que manteve o conteúdo original, porém
587 com melhorias de redação e ampliação das atribuições, com base em referências de outros parques tecnológicos.
588 O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em votação, que foi aprovada por
589 unanimidade. Passou à análise do artigo dezesseis, em que o conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins**
590 também propôs a reformulação integral e justificou que o texto original era excessivamente enxuto para a
591 coordenação de comunicação e eventos. Informou que ampliou e aperfeiçoou as atribuições, inclusive
592 incorporando sugestões do relator. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a proposta em
593 votação, que foi aprovada por unanimidade. Passou ao artigo dezessete, com propostas dos conselheiros Luciana
594 Vieira de Paiva e Rafael Castelo Guedes Martins, em que a proposta deste último contemplava as contribuições
595 apresentadas, sendo submetida à votação, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o presidente do
596 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, prosseguiu com o artigo dezoito, com proposta de ajuste e
597 desmembramento do texto apresentada pelo conselheiro José Albenes Bezerra Júnior. Pôs em votação, que foi
598 aprovada por unanimidade. Seguiu com a análise do artigo dezenove, em que o conselheiro **José Albenes**
599 **Bezerra Júnior** propôs novamente o desmembramento do texto em parágrafos. Destacou que, além de melhorar
600 a organização textual, a proposta acrescentava uma salvaguarda importante. O presidente do Conselho, **Rodrigo**
601 **Nogueira de Codes**, pôs em votação, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou ao artigo vinte,
602 com proposta semelhante à anterior, também apresentada pelo conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**, que
603 explicou que sua sugestão seguia a mesma linha adotada anteriormente, a fim de melhorar a organização e a
604 clareza do texto. Destacou que o *caput* passaria a tratar apenas da obrigatoriedade de observância da legislação
605 vigente para a instalação de empresas e entidades, enquanto os parágrafos detalhariam aspectos operacionais. O
606 parágrafo primeiro estabeleceria a necessidade de formalização por meio de processo administrativo específico,
607 devidamente instruído; o parágrafo segundo determinaria a submissão desse processo à análise da Procuradoria
608 Federal junto à instituição; e o parágrafo terceiro preveria a formalização por instrumento jurídico próprio, definindo
609 direitos e obrigações das partes. Não havendo discussões, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
610 **Codes**, pôs em votação, que foi aprovada por unanimidade. Continuou com a análise do artigo vinte e um,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

611 também com proposta do conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior**, que esclareceu que se tratava de um
612 aprimoramento textual, especialmente pela inclusão da sigla “PDI”, entendida como pesquisa, desenvolvimento e
613 inovação, a fim de tornar o texto mais claro ao leitor. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
614 pôs a proposta em votação, que foi aprovada por unanimidade. Por fim, passou à última emenda, referente ao
615 parágrafo único anteriormente aprovado. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** propôs um ajuste
616 terminológico, substituindo a expressão “proibida” por “vedada”, além de uma alteração na localização do
617 dispositivo do texto. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs a emenda em votação, que foi
618 aprovada por unanimidade. Encerradas as discussões das emendas, pôs em votação a minuta como um todo, que
619 foi aprovada por unanimidade. Ao final, registrou que a minuta aprovada seria encaminhada ao Consuni com
620 parecer do Consad e destacou sua relevância como um marco para a inovação e o empreendedorismo no estado.
621 **OITAVO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, realizou a leitura do ponto
622 referente às outras ocorrências e pôs em apreciação. Na oportunidade, a conselheira **Rannah Munay Dantas da**
623 **Silveira** cumprimentou os presentes novamente e destacou a publicação recente de portarias do Ministério da
624 Gestão e da Inovação, que atualizaram valores de benefícios no serviço público. Informou o reajuste da
625 assistência pré-escolar, da *per capita* da saúde suplementar e do auxílio-alimentação, além da atualização das
626 bolsas de estágio, ressaltando que essas mudanças tornam a instituição mais competitiva. Acrescentou que os
627 valores serão implementados automaticamente e mencionou também reajustes para médicos e médicos
628 veterinários. Em seguida, comunicou a criação de um grupo de trabalho para implementação do Reconhecimento
629 de Saberes e Competências — RSC para servidores técnico-administrativos, detalhando ações já realizadas,
630 como reuniões iniciais, envio de informações por e-mail e preparação de uma página informativa para orientar os
631 servidores. O conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** apresentou demandas oriundas do Departamento de
632 Engenharia e Ciências Ambientais — Decam, solicitando que a gestão compartilhasse o projeto final da obra do
633 prédio da Proppg para esclarecer dúvidas sobre infraestrutura. Também abordou a necessidade de resgatar um
634 documento anterior sobre a matriz orçamentária elaborado por comissão, sugerindo sua reutilização, e questionou
635 a realização de processos seletivos para professores substitutos, defendendo que, na ausência de *pro labore*,
636 esses processos sejam de fato simplificados conforme previsto em norma. Em resposta, o presidente do
637 Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, reconheceu a existência da comissão sobre a matriz orçamentária,
638 indicando a necessidade de retomar os trabalhos e propondo uma reunião futura com os centros para discussão
639 do tema. O conselheiro **Leonardo Augusto Casillo** relatou dificuldades operacionais em seu centro, destacando
640 a falta de contratos ativos para serviços terceirizados, o que tem impactado na instalação de equipamentos,
641 funcionamento da internet e manutenção predial. Também mencionou problemas de impermeabilização e solicitou
642 revisão desses serviços. Sugeriu ainda a criação de uma revisão prévia de minutas para evitar perda de tempo em
643 correções formais nas reuniões. Por fim, expôs a sobrecarga de trabalho decorrente da greve dos técnicos
644 administrativos e a ausência de informações oficiais sobre serviços essenciais, o que tem dificultado a gestão de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

645 demandas como participação em eventos acadêmicos. Em resposta, o conselheiro **Jocigleuson Alves de**
646 **Oliveira** explicou que a contratação de serviços depende da unidade requisitante e relatou dificuldades
647 decorrentes da greve, com redução significativa da equipe e priorização de contratos considerados essenciais,
648 como restaurante universitário, limpeza, portaria e vigilância. Informou que o contrato de redes está em
649 andamento, mas ainda em fila de execução, e orientou que demandas de dedetização e impermeabilização sejam
650 encaminhadas ao setor responsável. A conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira** complementou
651 esclarecendo que não há previsão para o fim da greve e detalhou as negociações com o sindicato sobre serviços
652 essenciais, indicando que houve limitações na definição desses serviços e que a gestão possui pouca margem de
653 atuação. Informou que um documento oficial será divulgado em breve com orientações sobre o funcionamento
654 durante o movimento grevista. O conselheiro **Rafael Castelo Guedes Martins** fez uma breve fala de
655 agradecimento, destacando a importância da inovação tecnológica na universidade, reconhecendo o trabalho em
656 andamento e reforçando a intenção de ampliar o diálogo com os centros para desenvolvimento de projetos e
657 captação de oportunidades. Ao final, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, mencionou a
658 aprovação do fim da lista tríplice como um marco para a autonomia universitária, comentou novamente sobre a
659 demanda relacionada aos processos seletivos simplificados e à obra da PROPPG, e confirmou a realização de um
660 encontro com diretores de centros para alinhamento de demandas institucionais. Nada mais havendo a discutir,
661 deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente
662 Ata, que, após lida e aprovada, na reunião **do dia X de X de dois mil e vinte e seis**, segue assinada pelo presidente
663 do Consad, pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e por mim.